



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/BA

ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

1. REFERÊNCIA

1.1. CONTRATANTE

A **UNIÃO**, através da **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NA BAHIA**, localizada na Av. Eng. Oscar Pontes, 339 - Água de Meninos, Salvador - BA, CEP: 40460-001.

1.2. CONTRATADA

COGNYTE TECHNOLOGIES ISRAEL LTD - CNPJ: 13.943.749/0001-14

1.3. OBJETO:

Trata-se o processo de instrução processual de dispensa de licitação por inexigibilidade para a aquisição de uma Plataforma de Localização e Bloqueio de Aparelho de Telefonia Móvel (PLBATM), interoperável e indivisível, composta por kit embarcado (multimodal) e solução portátil, com validade de 3 anos de atualização, suporte técnico e garantia. A contratação visa a aquisição de 1 (uma) Plataforma.

1.4. JUSTIFICATIVA DA DEMANDA (Item 1 - ETP 142896252)

O processo em andamento tem por finalidade a contratação de solução tecnológica para identificação e bloqueio de sinais de dispositivos móveis, bem como o estabelecimento de comunicação segura em ambientes operacionais sensíveis, com aplicação direta em atividades de segurança pública de alta complexidade. Considerando a natureza estratégica da tecnologia, bem como os riscos concretos de comprometimento da segurança institucional e operacional em caso de divulgação irrestrita, a atribuição de classificação sigilosa ao ETP se mostra medida necessária e proporcional, sustentada nos seguintes fundamentos: Preservação da Inteligência Operacional e Tática: A solução em análise possui emprego direto em operações policiais voltadas ao cumprimento de mandados de prisão, busca e apreensão e desarticulação de organizações criminosas de alta periculosidade. A divulgação pública das características funcionais e operacionais do sistema comprometeria a surpresa tática, pois permitiria que alvos potenciais desenvolvessem contramedidas tecnológicas, alterações de comportamento e estratégias de evasão, reduzindo substancialmente a efetividade das ações policiais. Mitigação de Riscos à Integridade Física e Proteção de Vidas: O uso da tecnologia proposta objetiva reduzir riscos diretos aos agentes de segurança pública e à população civil. A exposição de detalhes técnicos poderia ser explorada por grupos criminosos para neutralizar o equipamento ou elaborar formas de contrassenso operacional, aumentando o risco de emboscadas, confrontos armados e outras situações de elevado potencial lesivo à vida e à integridade física de policiais e cidadãos. Garantia da Segurança Institucional: A solução fortalece a capacidade institucional da Polícia Judiciária da União, incrementando a segurança orgânica de instalações sensíveis e a eficiência em operações especiais de campo. O caráter estratégico da tecnologia transcende o âmbito policial, abrangendo também situações de defesa civil, enfrentamento a desastres, catástrofes e emergências públicas, em que a confiabilidade da comunicação é requisito essencial para a coordenação interinstitucional. A exposição pública de parâmetros sensíveis fragilizaria não apenas a ação policial, mas também interesses superiores de segurança nacional. Prevenção de Uso Indevido por Organizações

Criminosas: A descrição detalhada das funcionalidades poderia ser indevidamente apropriada por facções criminosas para desenvolver mecanismos de sabotagem, interferência ou evasão. Em cenário de criminalidade organizada e tecnologicamente capacitada, a disponibilidade de tais informações potencializaria riscos de ataques cibernéticos e prejuízo à segurança pública e à ordem institucional.

Proteção da Capacidade Comunicacional e da Continuidade Operacional: A adoção da solução tecnológica ampliará a interoperabilidade e a resiliência comunicacional das forças policiais, especialmente em ambientes hostis ou sujeitos a sofisticadas tentativas de interceptação. A manutenção do sigilo sobre as especificações técnicas é condição indispensável para garantir a continuidade operacional, a efetividade das ações coordenadas e a proteção contra vulnerabilidades exploráveis por terceiros. Diante do exposto, e com base nos fundamentos operacionais, estratégicos e legais apresentados, conclui-se que a classificação sigilosa do Estudo Técnico Preliminar não apenas se revela legítima, mas sobretudo essencial para resguardar a segurança pública, prevenir riscos à vida de agentes e civis, preservar a eficiência e proteger o interesse maior da sociedade e do Estado brasileiro.

2. VALOR DA CONTRATAÇÃO

2.1. O custo estimado total da contratação será de USD 1,809,889.26 (um milhão, oitocentos e nove mil, oitocentos e oitenta e nove dólares, e vinte e seis centavos), para o valor em moeda nacional, utilizamos a cotação no valor de R\$ 5,3175, do dia 10/11/2025 (consulta BACEN), perfazendo o valor total de **R\$ 9.624.086,14 (nove milhões, seiscentos e vinte e quatro mil oitenta e seis reais e quatorze centavos)**.

3. AMPARO LEGAL

3.1. A contratação direta por inexigibilidade encontra amparo no art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece:

"É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo."

3.2. No caso em análise, a inviabilidade decorre do fato de apenas um fornecedor dispor da certificação/homologação obrigatória da ANATEL, o que o torna exclusivo sob o ponto de vista regulatório.

3.3. O TCU, por meio de reiterada jurisprudência, orienta que a contratação direta deve estar lastreada em:

- a) Demonstração clara da inviabilidade de competição; e
- b) Comprovação documental da exclusividade ou da exigência normativa, que impossibilite a participação de outros fornecedores.

3.4. Assim, a comprovação da homologação pela ANATEL, conforme ofício nº 270/2025/ORCN/SOR-ANATEL, datado de 12 de setembro de 2025, assinado pelo Senhor Gerente de Certificação e Numeração, em conjunto com a pesquisa de mercado, e todo o exposto, constitui prova da inviabilidade de competição. Além disso, nos termos da Resolução nº 715/2019 da ANATEL, que aprova o Regulamento de Certificação e Homologação de Produtos para Telecomunicações, nenhum equipamento pode ser comercializado ou utilizado no Brasil sem prévia homologação.

3.5. Diante do exposto, resta configurada a inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, I, da Lei nº 14.133/2021, haja vista que a homologação da ANATEL constitui requisito legal e técnico indispensável para a aquisição, sendo que apenas um fornecedor no mercado nacional atende tal exigência em seu conjunto.

4. DOCUMENTOS INTEGRANTES

4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA - COGNYTE TECHNOLOGIES ISRAEL LTD - 143736672

4.1.1. Certificate of Incorporation + Name Change – Comprova a constituição legal (Estatuto Social) e as alterações de nome da empresa - apostilado e traduzidos;

4.1.2. Contrato Social e Disposição Societária - Memorandum + Articles of Association (AOA), com disposições societárias e de governança - apostilado e traduzidos.

4.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA - 143736672

4.2.1. Certidão Negativa Federal (RFB/PGFN) – regularidade perante tributos federais e dívida ativa;

4.2.2. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Israel) - apostilado e traduzidos;

4.2.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Brasil).

4.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA - 143736672

4.3.1. Balanço Patrimonial - 2023/2024 - apostilado e traduzidos;

4.3.2. Balance Sheet - Audited Financial Statements (Balanço Patrimonial – Jul/2025) – demonstrações financeiras consolidadas e auditadas conforme padrões internacionais (GAAP/IFRS);

4.3.3. Sep-9-2025-Earnings Report – Q2 FY26 (NASDAQ) – relatório de resultados divulgado ao mercado, comprovando rentabilidade e capacidade financeira;

4.3.3.1. Sep-9-2025-Earnings Report – Q2 FY26 (NASDAQ) - Traduzido - Google- Tradutor (tradução livre).

4.4. CERTIFICADO DE EXCLUSIVIDADE, PROCURAÇÃO - 143736788

4.4.1. Certidão de Exclusividade nº 251113/44.602 (Doc. nacional);

4.4.2. Resale Agreement Inspectv - Contrato de Revenda com Exclusividade;

4.4.3. Amendment #2 Resale Agreement - Renovação do Contrato de Revenda;

4.4.4. Resale Agreement Inspectv1 - TRADUZIDO_GOOGLE_tradutor (tradução livre);

4.4.5. Amendment #2_resale agreement_TRADUZIDO_GOOGLE-Tradutor (tradução livre);

4.4.6. Carta de Exclusividade p/ Inspect Inteligência e Tecnologia Ltda - PROCURAÇÃO - apostilado e traduzidos;

4.5. SICAF - COGNYTE TECHNOLOGIES LTD - 143736789

4.5.1. Sicafe;

4.5.2. Ocorrências Impeditivas;

4.5.3. Qualificação Técnica Estrangeiro;

4.5.4. Ocorrência Fornecedor.

4.6. HABILITAÇÃO DA REPRESENTANTE - INSPECT - 143736790

4.6.1. **Dirigente:**

4.6.1.1. Documentos pessoais: Alyson Rainer; HEX Informática; Luiz Borges e X7 Tecnologia;

4.6.2. **SICAF- 143736790**

- 4.6.2.1. SICAF;
 - 4.6.2.2. Ocorrência Fornecedores, Impeditivas, impeditivas indiretas;
 - 4.6.2.3. Qualificação técnica;
 - 4.6.2.4. Certidão Negativa CNEP e Certidão Consolidada TCU;
 - 4.6.2.5. QSA - Cognyte.
-
- 4.6.3. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA - 143736790**
 - 4.6.4. Balanço Patrimonial, DRE Sped.

5. RESOLUÇÃO

5.1. Após analisada a documentação apresentada nos autos, considero **INEXIGÍVEL** a contratação da empresa **COGNYTE TECHNOLOGIES ISRAEL LTD**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.943.749/0001-14, para a aquisição de uma Plataforma de Localização e Bloqueio de Aparelho de Telefonia Móvel (PLBATM), interoperável e indivisível, composta por kit embarcado (multimodal) e solução portátil, com validade de 36 meses de atualização, suporte técnico e garantia.

(assinado eletronicamente)
RODRIGO DUARTE GUIMARÃES
Delegado de Polícia Federal
Classe Especial - matrícula 9.538
SELOG/SR/PF/BA



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO DUARTE GUIMARAES**, **Chefe de Setor**, em 02/12/2025, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=143736795&crc=FD8A8EC0.
Código verificador: **143736795** e Código CRC: **FD8A8EC0**.